



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2013

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações ao Ministério da Justiça acerca dos inquéritos sobre desvios de recursos no Programa Fome Zero, através da Conab.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministério da Justiça acerca dos inquéritos sobre desvios de recursos e corrupção do Programa Fome Zero, através da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.



JUSTIFICATIVA

Em reportagens na imprensa nacional foi revelado que a Polícia Federal conduz inquérito sobre desvios de recursos e corrupção envolvendo o programa federal Fome Zero, através da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento.

Com base em informações da Polícia Federal (PF), a 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba decretou a prisão de 11 pessoas e expediu ordens de buscas em 37 diferentes endereços no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A Justiça determinou também o afastamento de sete investigados de cargos públicos. Os mandados foram cumpridos em 15 cidades do Paraná, e nos municípios de Bauru (SP) e Três Lagoas (MS).

A PF investiga desvios de recursos do programa Fome Zero que teriam sido feitos por funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento no Paraná (Conab-PR) e de associações de produtores rurais. As investigações mostraram que alimentos pagos não eram entregues à Conab para serem repassados a escolas e hospitais. Os recursos desviados são do Programa de Aquisição de Alimentos e as irregularidades ocorriam pelo menos desde 2009, segundo a Polícia Federal. O valor total dos desvios ainda está sendo apurado.

Além disso, a PF observou a existência de notas fiscais de produtores rurais com dados falsos e dadas sem conhecimento dos produtores rurais.

A Polícia Federal informou que toda a diretoria da Conab-PR e alguns fiscais foram afastados dos cargos, mas os nomes deles não foram informados. Cinquenta e oito pessoas foram indiciadas nos crimes de apropriação indébita



Câmara dos Deputados

previdenciária, estelionato, formação de quadrilha, falsidade ideológica, ocultação de documento, peculato, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, condescendência criminosa e violação de sigilo funcional.

Segundo a PF, as irregularidades no Paraná ocorreram em Guarapuava, Foz do Jordão, Honório Serpa, Cândói, Ponta Grossa, Irati, Rebouças, Teixeira Soares, Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Itapejara D'Oeste, Goioxim, Pinhão e Querência do Norte. A investigação começou em 2011, depois que a Prefeitura de Honório Serpa denunciou que as associações de produtores rurais estavam superfaturando notas fiscais.

Foram investigados 22 programas, dos anos de 2009 a 2013, nos municípios paranaenses de Guarapuava, Foz do Jordão, Honório Serpa, Cândói, Ponta Grossa, Irati, Rebouças, Teixeira Soares, Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Itapejara D'Oeste, Goioxim, Pinhão e Querência do Norte.

Segundo a Polícia Federal, em todos os programas investigados foram encontradas evidências de desvio de recursos.

Estas senhor presidente, são as razões que nos movem a encaminhar o presente Requerimento de Informações ao Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, em de outubro de 2013.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA